

CURSOS ABRANGIDOS

Cursos de pós-graduação da Aliança “Nova Geração de Habitação”

OFERTA FORMATIVA E CALENDÁRIO 2025

OFERTA FORMATIVA E CALENDÁRIO 2025			
	Próxima edição	Horário	Data-limite para comunicação das inscrições à FA.ULisboa
 Cartas Municipais de Habitação	23 de abril a 16 de julho 2025	12 sessões de 3h (14:00h-17:00h), zoom 1 sessão de 6h presencial	23 de março 2025
 Instrumentos de Política de Habitação	21 de abril a 26 de junho 2025	9 sessões de 4h (14:30h-18:30h), zoom 1 sessão de 6 h presencial	21 de março 2025
 Inovação em Habitação	01 de abril a 27 de maio 2025	14 sessões de 3h (16:00-19:00h), zoom	1 de março 2025
 Reabilitação Habitacional	Setembro a dezembro de 2025	14 sessões de 3h	Agosto de 2025

CONDIÇÕES DE ACESSO À FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO

Valor especial de inscrição para os membros da APMCH e dos municípios seus associados: 300,00 € (*valor normal de 500,00€ + 25,00€ de taxa de inscrição*)

INSCRIÇÕES

A APMCH e os municípios seus associados comunicam à FA.ULisboa, para o e-mail cribeiro@fa.ulisboa.pt, a listagem dos técnicos a inscrever até **30 dias antes do início do Curso a que reportam**.

PRÉMIO DE MÉRITO ACADÉMICO FA.ULISBOA «IMPULSO ADULTOS»

No âmbito das pós-graduações abrangidas pelo Protocolo, serão atribuídos prémios de mérito académico aos **3 estudantes que tenham obtido uma das três melhores classificações da edição do curso em causa**, desde que esta seja superior a 16,0 valores.

O Prémio de Mérito Académico FA.ULisboa «Impulso Adultos» é de natureza pecuniária, consistindo na atribuição de uma **verba de valor igual a duas vezes o montante dos custos totais fixados para a frequência do curso a que respeita no ano letivo de atribuição do prémio**.



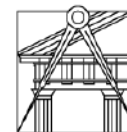
Oferta formativa 2025



Aliança “Nova Geração de Habitação”

Criada em novembro de 2021 no âmbito do Programa IMPULSO Adultos, a Aliança “Nova Geração de Habitação” é uma parceria entre 5 entidades de referência nacionais com vista à *promoção de um projeto formativo pós-graduado nos domínios da habitação e da reabilitação.*

No âmbito do Protocolo de criação, podem ainda ser promovidas no âmbito da Aliança *outras atividades conexas*, designadamente, de *divulgação técnico-científica e projetos de investigação nos domínios da habitação e da reabilitação.*



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA



IH
RU Instituto da Habitação
e da Reabilitação Urbana



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

a. . .

. . m. área
metropolitana
. l. . de lisboa



Portugal

Objetivos

- Contribuir para a qualificação e inovação na promoção habitacional, tanto pública como privada
- Concorrer para o aumento, atualização e reorientação das competências do meio técnico e científico
- Impulsionar uma promoção habitacional qualificada, que dê resposta às tendências, dinâmicas e desafios da atualidade





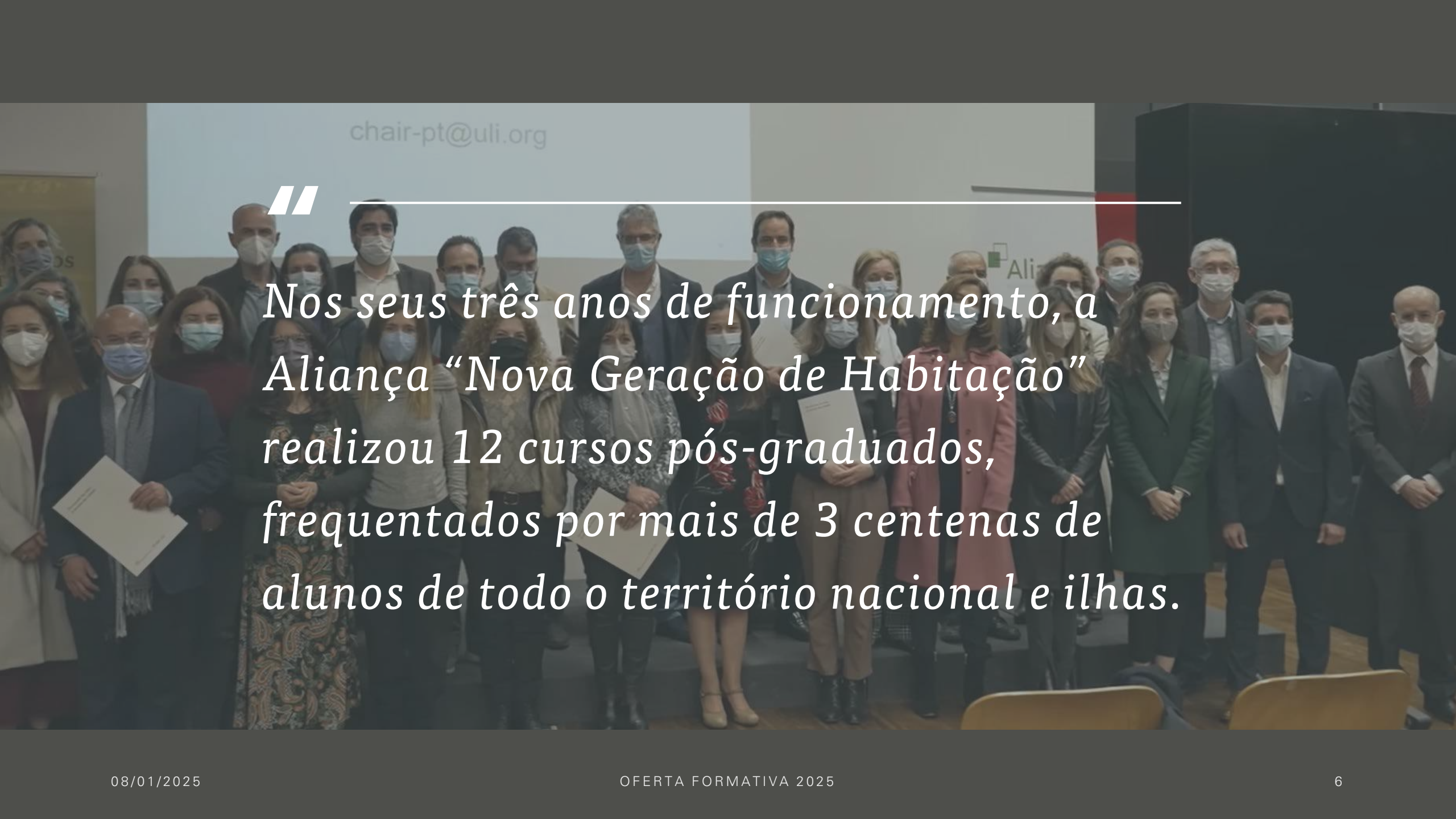
Caracterização

- Cursos pós-graduados não conducentes a grau
- Funcionamento em regime não presencial (*zoom*)
- 42h de contacto/aulas
- Certificado de frequência do Curso ou Diploma de Conclusão do Curso
- Equivalência à microcredenciação de 10 ECTS
- Possibilidade de complementar a formação com mestrado ou de doutoramento da FA.ULisboa

Públicos-alvo

- Técnicos da Administração Pública
- Arquitetos, urbanistas e planeadores
- Consultores
- Promotores e gestores imobiliários
- Jovens e adultos graduados





chair-pt@uli.org

“
Nos seus três anos de funcionamento, a Aliança “Nova Geração de Habitação” realizou 12 cursos pós-graduados, frequentados por mais de 3 centenas de alunos de todo o território nacional e ilhas.

Oferta formativa 2025



**Cartas Municipais
de Habitação**



**Instrumentos de
Política de Habitação**



**Inovação
em Habitação**



**Reabilitação
Habitacional**



Cartas Municipais de Habitação

Objetivo

Disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização e reforço de competências, relativamente à elaboração das Cartas Municipais de Habitação.

Pretende-se, por esta via, preparar o corpo técnico para, de forma qualificada, maximizar as oportunidades e potencialidades abertas por este novo instrumento, contribuindo para dar resposta aos desafios atuais no domínio da habitação.

Coordenação científica

Ana Pinho

Próxima edição

23 de abril a 16 de julho 2025

Horário




12 sessões de 3h, das 14:00h às 17:00h
1 sessão de 6 h presencial (*encerramento*)

Período de inscrições

16 de dezembro 2024 a 31 março 2025



Cartas Municipais de Habitação

Objetivos	Temas a tratar	Entidade formadora
Módulo I - Cartas Municipais de Habitação: O que são?	<ul style="list-style-type: none">· Enquadramento legal e conceptual das CMH· As CMH no contexto do ordenamento e da gestão territorial e urbana· Implicações do regime jurídico da urbanização e edificação nas CMH· Exemplos internacionais	
Módulo II - Cartas Municipais de Habitação: Para que servem?	<ul style="list-style-type: none">· Objetivos de política de habitação no contexto nacional a diferentes escalas· Parâmetros no negócio genérico de desenvolvimento imobiliário para habitação· Política de habitação: relação com a gestão do território e outros instrumentos de política mobilizáveis· Contributos das CMH para os objetivos de política de habitação	
Módulo III - Cartas Municipais de Habitação: Como se fazem?	<ul style="list-style-type: none">· O processo: procedimentos, governança e metodologia· Conteúdos: Diagnóstico, visão e programa de ação· Integração da Carta nos Instrumentos de Gestão Territorial e outros instrumentos de execução das Cartas· Monitorização, avaliação e reporte	



Instrumentos de Política de Habitação

Objetivo

Disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização de competências, relativamente ao novo enquadramento legal e instrumentos disponíveis no domínio da habitação.

Coordenação científica

Ana Pinho e Filipa Serpa

Próxima edição

21 de abril a 26 de junho 2025

Horário

9 sessões de 4h, das 14:30h às 18:30h
1 sessão de 6 h presencial (*encerramento*)

Período de inscrições

16 de dezembro 2024 a 31 março 2025



Instrumentos de Política de Habitação

Objetivos	Temas a tratar	Entidade formadora
Módulo I - O Direito à Habitação e a sua efetivação: organização, articulação e competências dos diferentes níveis de Governo	<ul style="list-style-type: none">• Enquadramento constitucional• Repartição de competências na Administração pública• Programa Nacional de Habitação	
Módulo II - Planeamento estratégico	<ul style="list-style-type: none">• Enquadramento: Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases da Habitação• Estratégias Locais de Habitação e Cartas Municipais de Habitação	
Módulo III - Instrumentos de resposta a situações de grave carência habitacional	<ul style="list-style-type: none">• 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação• Programa Porta de Entrada• Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário• Financiamento do PRR: RE-C02-i01: apoios disponibilizados e balanço da execução (1.º Direito + BNAUT)	
Módulo IV - Habitação a custos controlados e alojamento estudantil	<ul style="list-style-type: none">• Regime de Habitação a Custos Controlados e respetivas Regras Técnicas• Recomendações Técnicas para Alojamentos de Estudantes do Ensino Superior	



Instrumentos de Política de Habitação

Objetivos	Temas a tratar	Entidade formadora
Módulo V - Instrumentos de promoção da acessibilidade habitacional	<ul style="list-style-type: none">- Inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e Bolsa de imóveis do Estado para habitação- Financiamento no âmbito do PRR: RE-C02-i05: Parque público de habitação a custos acessíveis- Apoio à promoção de habitação para arrendamento acessível- Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível	
	<ul style="list-style-type: none">- Programa de Arrendamento Acessível- Fiscalidade aplicável ao arrendamento acessível (promoção + arrendamento)- Possibilidades de integração dos instrumentos disponíveis	
Módulo VI - Alterações recentes ao enquadramento legal e regulamentar	<ul style="list-style-type: none">- Alterações ao Código Civil- Alterações no âmbito da contratação pública- Alterações Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	
	<ul style="list-style-type: none">- Alterações recentes com implicações para a habitação:<ul style="list-style-type: none">- IMI- Obras coercivas- Alojamento local- Direito de preferência	



Inovação em Habitação

Objetivo

Apresentar aos participantes as novas tendências em matéria de projeto habitacional, estabelecendo um percurso desde as oportunidades e desafios do quadro legal em matéria de promoção, passando pelas novas tendências em matéria de tipologia habitacional e modos de vida, até às novas exigências e objetivos na construção, em matéria de responsabilidade ambiental.

Coordenação científica

Filipa Serpa, Hugo Farias e Pedro Gaspar

Próxima edição

01 de abril a 27 de maio 2025

Horário







14 sessões de 3h, das 16:00h às 19:00h

Período de inscrições

16 de dezembro 2024 a 10 março 2025






Inovação em Habitação

Estrutura	Temas	Entidade Formadora
Módulo I - Cidade e Habitação	<ul style="list-style-type: none">> Habitação e Habitat no quadro da Europa> Que habitação e para quem?> Novas exigências e novos modos de habitar	 
Módulo II - Novas formas de promoção de habitação	<ul style="list-style-type: none">> Quadro de apoios públicos> Desafios e Respostas na Habitação de Promoção Pública> Desafios e Modelos de Habitação Cooperativa> Promoção de Habitação para Arrendamento "Build to Rent"	  
Módulo III - Versatilidade e transformação do espaço doméstico	<ul style="list-style-type: none">> Habitação para uma sociedade em transformação> Modelos habitacionais resultantes do processo de racionalização do projeto habitacional moderno> A busca por maior versatilidade no projeto da unidade habitacional> A busca por maior versatilidade no projeto do edifício habitacional	



Inovação em Habitação

Estrutura	Temas	Entidade Formadora
Módulo IV - Outras tipologias de alojamento	<ul style="list-style-type: none">> Conceitos de <i>co-housing</i> & <i>co-living</i>> Alojamento sénior> Alojamento estudantil> Alojamento urgente e temporário	  
Módulo V - Responsabilidade ambiental, construção, funcionamento e manutenção dos edifícios	<ul style="list-style-type: none">> A vida útil do edifício: princípios para a utilização circular da matéria> Princípios de projeto, construção e manutenção> Inovação: processos de construção industrializada> Sistemas de Avaliação e Certificação da Sustentabilidade na Construção	



Reabilitação Habitacional

Objetivo

Atualizar o estado da arte e contactar com novo conhecimento disponível e as novas circunstâncias que regulam e conduzem o exercício do projeto e da praxis neste domínio, procurando incentivar a capacitação teórica e crítica para dirigir processos de Conservação de Património e de Reabilitação Arquitetónica contemporâneos, sublinhando os novos imperativos deste milénio.

Coordenação científica

João Pernão e Ana Pinho

Próxima edição

Setembro a dezembro de 2025

Horário

14 sessões de 3h

Período de inscrições

A partir de maio de 2025



Reabilitação Habitacional

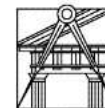
Objetivos

Módulo I - Teoria e projeto de conservação, restauro e reabilitação

Temas a tratar

- Imperativos contemporâneos e questões de método
- Breve História das Ideias em Conservação e Reabilitação
- Reabilitação e questões ecológicas
- Teorias de valor e projeto
- História da construção
- Questões de cor e luz
- Levantamento e documentação e o desafio do BIM
- Exemplos de boas práticas

Entidade formadora





Reabilitação Habitacional

Objetivos

Módulo II - Novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

Temas a tratar

- O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas (RAREFA) e o seu enquadramento nas políticas públicas de habitação e reabilitação
- Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios definidos no RAREFA
- A aplicação do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A aplicação do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A segurança estrutural nos edifícios existentes: a aplicação dos Eurocódigos Estruturais e a avaliação da vulnerabilidade sísmica
- A aplicação dos requisitos de Comportamento Térmico e Eficiência Energética nos edifícios existentes
- A acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios existentes
- Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis à reabilitação. Comparação com o RCEU e análise das áreas mínimas

Entidade formadora





Reabilitação Habitacional

Objetivos

Módulo III - Avaliação do estado de conservação e metodologias de intervenção no existente

Temas a tratar

- Níveis de intervenção e questões tecnológicas e construtivas
- Análise, avaliação e diagnóstico em edifícios
- Principais anomalias construtivas
- Principais soluções de resolução
- Reabilitação de estruturas de edifícios
- Sistemas de segurança contra incêndio em reabilitação
- Reabilitação acústica em edifícios
- Reabilitação térmica e eficiência energética

Entidade formadora



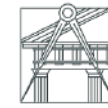
Módulo IV - Políticas, Instrumentos e Incentivos

- Evolução das políticas de reabilitação na Europa e em Portugal
- Reabilitação: desafios e abordagens emergentes
- Instrumentos e incentivos de promoção da reabilitação





**Aliança**
Nova Geração de Habitação



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA



IH Instituto da Habitação
RU e da Reabilitação Urbana



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

a. . .

. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa



Portugal

Mais informações e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt>Cursos>Pós-Graduações



Inovação em Habitação



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

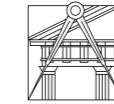
Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA



IH Instituto da Habitação
RU e da Reabilitação Urbana



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

a. . .

. . m. área
. l. . metropolitana
. . de lisboa



Portugal



Inovação em Habitação

Objetivos

Apresentar aos participantes as **novas tendências em matéria de projeto habitacional**, estabelecendo um percurso desde as oportunidades e desafios do quadro legal em matéria de promoção, passando pelas novas tendências em matéria de tipologia habitacional e modos de vida, até às **novas exigências e objetivos na construção**, em matéria de **responsabilidade ambiental**.

Enquadramento

O Curso de Especialização em Inovação em Habitação aborda, de forma integrada, as temáticas, dinâmicas, desafios emergentes e novas exigências do espaço habitacional, em sentido lato - habitação e habitat, da escala do espaço público à escala da unidade habitacional, como sejam:

- **A cidade e a habitação pós-Covid, do espaço público ao espaço doméstico;**
- **Novas formas de promoção habitacional - pública, cooperativa e privada;**
- **Evolução e transformação do espaço doméstico hoje, propostas para uma maior versatilidade - flexibilidade, adaptabilidade e Polivalência dos espaços domésticos e comuns;**
- **Outras tipologias de alojamento, como sejam a integração de serviços de apoio ao envelhecimento em contexto habitacional, o alojamento estudantil, o alojamento urgente e temporário ou os conceitos de co-housing e co-living;**
- **Responsabilidade ambiental da construção, funcionamento e manutenção dos edifícios e espaços complementares, a eficiência e contenção energética - das soluções passivas às activas ou a utilização circular da matéria**



Públicos-alvo

Técnicos da Administração Pública

Corpo técnico dos municípios, áreas metropolitanas e administração central e regional que desenvolvam atividade nas áreas da habitação, urbanismo e apoio social, incluindo empresas municipais de gestão habitacional e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Projetistas, urbanistas e planeadores

Profissionais de projeto com atividade ou interesse no domínio da habitação, urbanistas e profissionais de planeamento regional e urbano.

Promotores e gestores imobiliários

Profissionais ligados à promoção imobiliária, gestores de fundos de investimento imobiliário e setores da avaliação e mediação imobiliária, tanto do setor público como privado.

Jovens e adultos graduados

Jovens e adultos graduados, nacionais e estrangeiros, que pretendam aumentar a sua graduação superior, converter ou atualizar as suas competências nas temáticas ligadas à habitação.

Plano de estudos

Estrutura	Temas	Entidade Formadora
Módulo I - Cidade e Habitação	<ul style="list-style-type: none"> > Habitação e Habitat no quadro da Europa > Que habitação e para quem? > Novas exigências e novos modos de habitar 	 
Módulo II - Novas formas de promoção de habitação	<ul style="list-style-type: none"> > Quadro de apoios públicos > Desafios e Respostas na Habitação de Promoção Pública > Desafios e Modelos de Habitação Cooperativa > Promoção de Habitação para Arrendamento “Build to Rent” 	  
Módulo III - Versatilidade e transformação do espaço doméstico	<ul style="list-style-type: none"> > Habitação para uma sociedade em transformação > Modelos habitacionais resultantes do processo de racionalização do projeto habitacional moderno > A busca por maior versatilidade no projeto da unidade habitacional > A busca por maior versatilidade no projeto do edifício habitacional 	
Módulo IV - Outras tipologias de alojamento	<ul style="list-style-type: none"> > Conceitos de <i>co-housing</i> & <i>co-living</i> > Alojamento sénior > Alojamento estudantil > Alojamento urgente e temporário 	  
Módulo V - Responsabilidade ambiental, construção, funcionamento e manutenção dos edifícios	<ul style="list-style-type: none"> > A vida útil do edifício: princípios para a utilização circular da matéria > Princípios de projeto, construção e manutenção > Inovação: processos de construção industrializada > Sistemas de Avaliação e Certificação da Sustentabilidade na Construção 	
Módulo VI - Conferência Final e Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> > Conferência final > Experiências inovadoras em habitação – processo, programa, projecto 	

Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área metropolitana de lisboa
. l. .

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações





Instrumentos de Política de Habitação



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

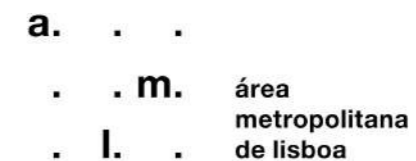
Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança





Instrumentos de Política de Habitação

Objetivos

O objetivo principal do curso é disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização de competências, relativamente ao **novo enquadramento legal** e instrumentos disponíveis no **domínio da habitação**.

Enquadramento

Com vista a dar resposta ao objetivo proposto, o Curso de Especialização em Instrumentos de Política de Habitação abarcará um amplo leque de temáticas, designadamente:

- **Alterações recentes ao enquadramento legal e regulamentar aplicável à habitação;**
- **Programas e requisitos para a promoção pública de habitação;**
- **Programas e incentivos para a promoção habitacional em geral, incluindo a habitação acessível;**
- **Instrumentos, incentivos e financiamento disponíveis.**

Pretende-se, por esta via, preparar o corpo técnico e científico para, de forma qualificada, maximizar as oportunidades que se vão abrir e dar resposta aos desafios que se vão colocar nos próximos anos em matéria de promoção habitacional, tanto ao nível do setor público como privado.



Públicos-alvo

Técnicos da Administração Pública

Corpo técnico dos municípios, áreas metropolitanas e administração central e regional que desenvolvam atividade nas áreas da habitação, urbanismo e apoio social, incluindo empresas municipais de gestão habitacional e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Consultores

Consultores e técnicos de consultoras que desenvolvam atividade ligada à assessoria estratégica e financeira, tanto à administração pública como ao setor privado, nas áreas do financiamento, planeamento estratégico, territorial e urbano, reabilitação urbana, habitação e imobiliário.

Projetistas, urbanistas e planeadores

Profissionais de projeto com atividade ou interesse no domínio da habitação, urbanistas e profissionais de planeamento regional e urbano.

Jovens e adultos graduados

Jovens e adultos graduados, nacionais e estrangeiros, que pretendam aumentar a sua graduação superior, converter ou atualizar as suas competências nas temáticas ligadas à reabilitação.

Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

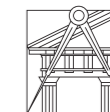
Módulo I - O Direito à Habitação e a sua efetivação: organização, articulação e competências dos diferentes níveis de Governo

- Enquadramento constitucional
- Repartição de competências na Administração pública
- Programa Nacional de Habitação



Módulo II - Planeamento estratégico

- Enquadramento: Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases da Habitação
- Estratégias Locais de Habitação e Cartas Municipais de Habitação



Módulo III - Instrumentos de resposta a situações de grave carência habitacional

- 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
- Programa Porta de Entrada
- Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- Financiamento do PRR: RE-C02-i01: apoios disponibilizados e balanço da execução (1.º Direito + BNAUT)



Módulo IV - Habitação a custos controlados e alojamento estudantil

- Regime de Habitação a Custos Controlados e respetivas Regras Técnicas
- Recomendações Técnicas para Alojamentos de Estudantes do Ensino Superior



Módulo V - Instrumentos de promoção da acessibilidade habitacional

- Inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e Bolsa de imóveis do Estado para habitação
- Financiamento no âmbito do PRR: RE-C02-i05: Parque público de habitação a custos acessíveis
- Apoio à promoção de habitação para arrendamento acessível
- Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível



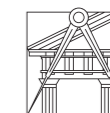
- Programa de Arrendamento Acessível
- Fiscalidade aplicável ao arrendamento acessível (promoção + arrendamento)
- Possibilidades de integração dos instrumentos disponíveis



Módulo VI - Alterações recentes ao enquadramento legal e regulamentar

- Alterações ao Código Civil
- Alterações no âmbito da contratação pública
- Alterações Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

- Alterações recentes com implicações para a habitação:
 - IMI
 - Obras coercivas
 - Alojamento local
 - Direito de preferência



Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área metropolitana de lisboa
. l. .

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações

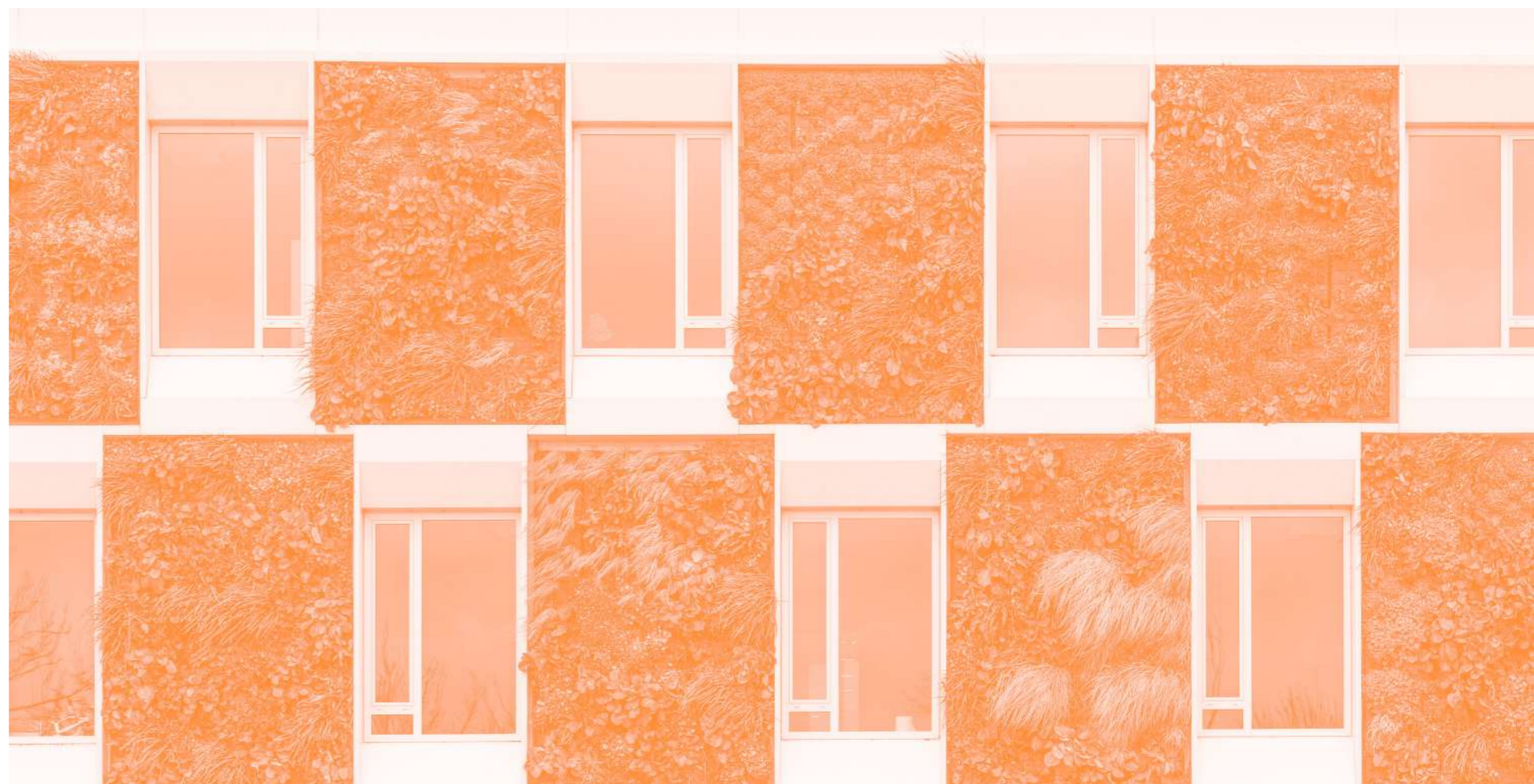




Cartas Municipais de Habitação



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

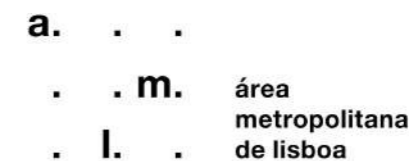
Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança





Cartas Municipais de Habitação

Objetivos

O curso de especialização sobre “Cartas Municipais de Habitação” tem por objetivo principal **disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização e reforço de competências, relativamente à elaboração das Cartas Municipais de Habitação.** Pretende-se, por esta via, preparar o corpo técnico para, de forma qualificada, maximizar as oportunidades e potencialidades abertas por este novo instrumento, contribuindo para dar resposta aos desafios atuais no domínio da habitação.

Enquadramento

A FA.ULisboa promove formação avançada nos domínios da **Arquitetura, do Urbanismo e do Design** em articulação com a investigação desenvolvida no CIAUD e nos seus grupos de investigação. Neste âmbito, os estudos e projetos na área da habitação são um domínio central da atividade da instituição, domínio este que se considera estratégico desenvolver nos próximos anos.

Com efeito, para além da habitação ser um dos temas centrais para a área disciplinar da arquitetura, este é um domínio transversal com forte relevância nas áreas do urbanismo, design e ergonomia, e onde recai uma parte significativa da atividade científica, técnica e profissional destas áreas disciplinares.

Adicionalmente, existe atualmente um contexto muito particular que justifica o aprofundamento dos estudos e investigação neste domínio, como reforço das necessidades de formação complementar por parte dos graduados, sendo os instrumentos de política de habitação um dos domínios específicos onde esta necessidade se faz sentir.

De entre os novos instrumentos criados, assume particular importância a **Carta Municipal de Habitação**, consagrada na recente Lei de Bases da Habitação como «*instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal*».

Entre outros aspetos, a elaboração e aprovação da Carta Municipal de Habitação é, atualmente, um pré-requisito para os municípios poderem mobilizar um conjunto de outros instrumentos, como aprovar uma “*declaração fundamentada de carência habitacional*”, que os habilita a recorrer a um conjunto de instrumentos específicos e a ter financiamento prioritário em matéria de política de habitação, ou ainda aceder a instrumentos de regulação do Alojamento Local, entre outras funcionalidades.

O contexto muito difícil de acesso à habitação que se vive no país, torna premente o recurso pleno aos instrumentos existentes, mobilizando e maximizando todas possibilidades e oportunidades do quadro legal vigente, de modo a lograr alcançar os objetivos e superar os desafios atuais no domínio da habitação. Assim, é fundamental para os municípios elaborarem e aprovarem as suas Cartas Municipais de Habitação, tanto por via da imposição legal, como das vantagens operacionais e de acesso pleno aos instrumentos de atuação e financiamento que tal permite.

No entanto, **a Carta Municipal de Habitação é um instrumento novo**, não havendo experiência anterior concernente a um instrumento semelhante, pelo que a sua elaboração se reveste de uma dimensão de investigação técnico-científica e de um caráter inovador e exploratório, para além do grau de complexidade e de tecnicidade inerente aos instrumentos de planeamento correntes.

Com efeito, dada a ausência de boas-práticas e diretrizes consolidadas sobre as Cartas Municipais de Habitação, o seu bom desenvolvimento requer um alto grau de competências e investigação associada, e uma coordenação muito exigente, para além de um conhecimento aprofundado dos instrumentos de política e de planeamento e dos instrumentos de financiamento aplicáveis, bem como o desenvolvimento de novas metodologias e produção de investigação e novo conhecimento de base no domínio da habitação.

Acresce que, pela importância que as Cartas Municipais de Habitação assumem no contexto atual e no desenvolvimento futuro dos municípios, **é fulcral apostar a qualidade da sua elaboração**, o que requererá apoiar o corpo técnico dos municípios, designadamente, mediante o apoio à criação de competências técnicas específicas no domínio.

A FA.ULisboa/CIAUD, no âmbito das suas atribuições, tem vindo a acompanhar a criação das Cartas Municipais de Habitação, tanto ao nível conceptual e legislativo, como no apoio à sua implementação no terreno, no âmbito da sua investigação e de cooperações estabelecidas com municípios e associações de municípios com iniciativas pioneiras neste âmbito.

É neste contexto que a FA.ULisboa tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos e iniciativas de colaboração com diversos agentes do setor, em particular com entidades da administração pública, que se visa capitalizar, fortalecer e alargar por via da presente proposta de curso.

Para além da atribuição de 10 ECTS, é possível complementar a formação com UCs de programas de doutoramento da FA.ULisboa, ou outras competências transversais, promovendo a integração e a inscrição de alunos nos cursos de 3º ciclo da FA.ULisboa.

O presente curso realiza-se nos termos do Regulamento de Estudos Pós-graduação da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho reitoral nº 8631/2020, de 8 de setembro, e do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação não Conferentes de Grau da FA.ULisboa, de 7 de agosto de 2018.



Públicos-alvo

O curso destina-se a detentores de grau de licenciado nas áreas da Arquitetura, do Urbanismo, do Design, podendo ser admitidos candidatos formados noutras áreas disciplinares complementares que desenvolvam ou pretendam desenvolver atividade científica, técnica ou profissional no domínio da habitação

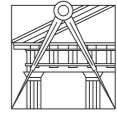
Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

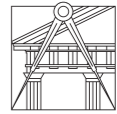
Módulo I - Cartas Municipais de Habitação: O que são?

- Enquadramento legal e conceptual das CMH
- As CMH no contexto do ordenamento e da gestão territorial e urbana
- Implicações do regime jurídico da urbanização e edificação nas CMH
- Exemplos internacionais



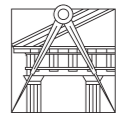
Módulo II - Cartas Municipais de Habitação: Para que servem?

- Objetivos de política de habitação no contexto nacional a diferentes escalas
- Parâmetros no negócio genérico de desenvolvimento imobiliário para habitação
- Política de habitação: relação com a gestão do território e outros instrumentos de política mobilizáveis
- Contributos das CMH para os objetivos de política de habitação



Módulo III - Cartas Municipais de Habitação: Como se fazem?

- O processo: procedimentos, governança e metodologia
- Conteúdos: Diagnóstico, visão e programa de ação
- Integração da Carta nos Instrumentos de Gestão
- Territorial e outros instrumentos de execução das Cartas
- Monitorização, avaliação e reporte



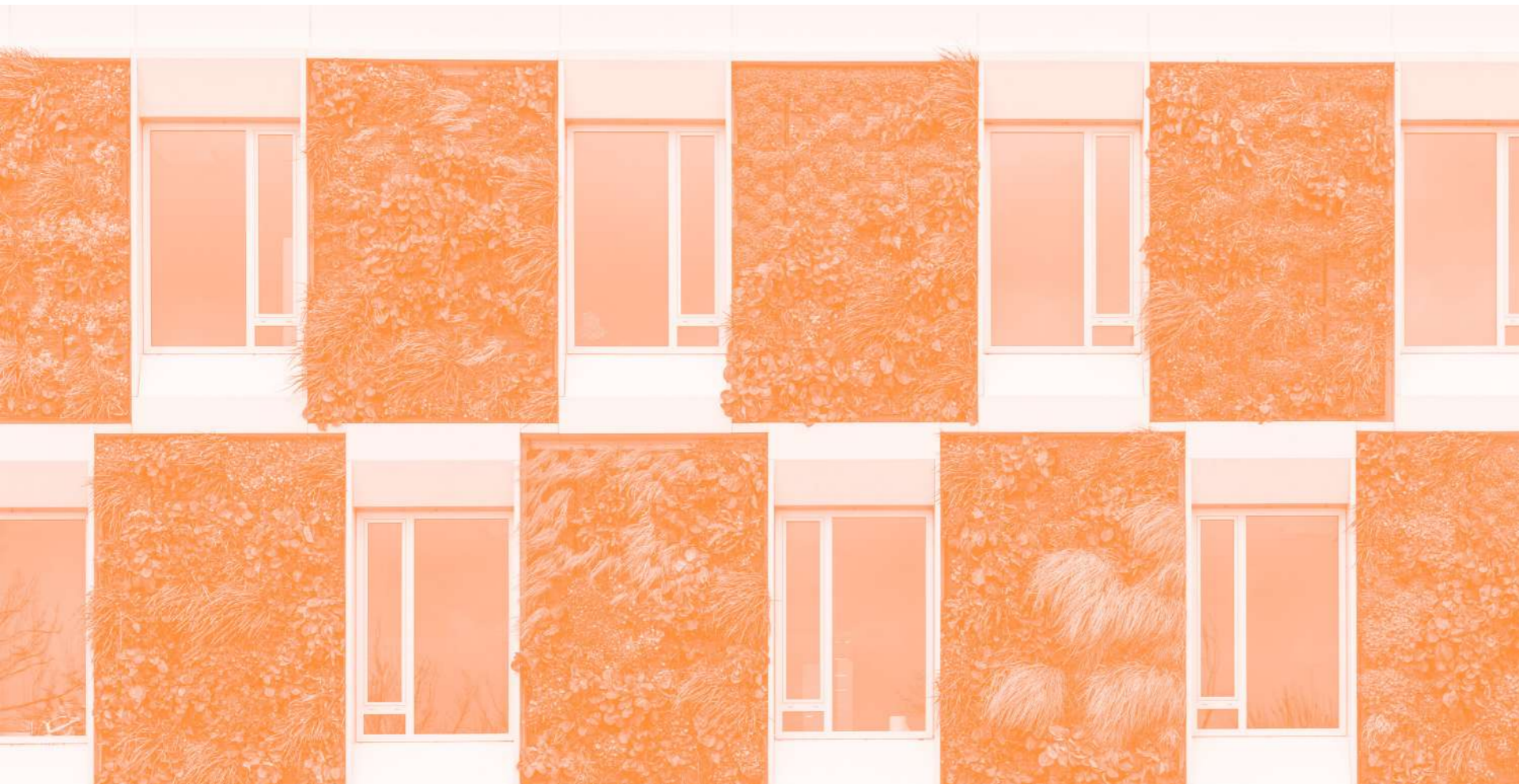


Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área metropolitana de lisboa
. l. .

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações





Reabilitação Habitacional



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

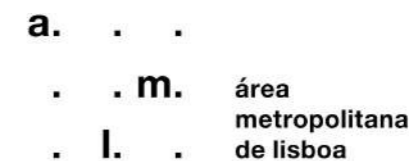
Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança





Reabilitação Habitacional

Objetivos

Atualizar o estado da arte e contactar com novo conhecimento disponível e as novas circunstâncias que regulam e conduzem o exercício do projeto e da praxis neste domínio, procurando incentivar a capacitação teórica e crítica para dirigir processos de **Conservação de Património e de Reabilitação Arquitetónica contemporâneos**, sublinhando os novos imperativos deste milénio.

Enquadramento

Curso com uma abordagem ampla à **reabilitação, da escala do edifício à escala urbana**, e que alia uma importante componente teórica e concetual de base com uma forte vertente prática e operacional.

Serão revistas as temáticas das **teorias e filosofias** de base e a **evolução das práticas**. Contacta-se com o estado da arte, com o novo conhecimento e as teorias contemporâneas aplicáveis, discutindo a teoria de valores, os seus significados e implicações em projeto (ou na gestão de projetos), procurando incentivar a capacitação teórica e crítica no domínio. Procurar-se-á também aumentar o conhecimento sobre os processos e metodologias de projeto e de investigação contemporânea, sublinhando os novos imperativos.

Será ainda revisto o enquadramento legal e regulamentar aplicável, em particular, o Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, que veio estabelecer o Regime aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas (RAREFA), com vista a adequar o quadro legal da construção às exigências e especificidades da reabilitação de edifícios. Adicionalmente, será ainda abordada a metodologia de avaliação do estado de conservação, dotando os participantes de conhecimentos técnicos que permitam uma determinação mais precisa do nível de conservação de edifícios.

Por fim, será feita a revisão das **políticas, instrumentos e incentivos disponíveis de promoção de operações de reabilitação, tanto do edificado como urbana**.



Públicos-alvo

Técnicos da Administração Pública

Corpo técnico dos municípios, áreas metropolitanas e administração central e regional que desenvolvam atividade nas áreas da habitação, urbanismo e apoio social, incluindo empresas municipais de gestão habitacional e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Projetistas, urbanistas e planeadores

Profissionais de projeto com atividade ou interesse no domínio da habitação, urbanistas e profissionais de planeamento regional e urbano.

Promotores e gestores imobiliários

Profissionais ligados à promoção imobiliária, gestores de fundos de investimento imobiliário e setores da avaliação e mediação imobiliária, tanto do setor público como privado.

Jovens e adultos graduados

Jovens e adultos graduados, nacionais e estrangeiros, que pretendam aumentar a sua graduação superior, converter ou atualizar as suas competências nas temáticas ligadas à reabilitação.

Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

Módulo I - Teoria e projeto de conservação, restauro e reabilitação

- Imperativos contemporâneos e questões de método
- Breve História das Ideias em Conservação e Reabilitação
- Reabilitação e questões ecológicas
- Teorias de valor e projeto
- História da construção
- Questões de cor e luz
- Levantamento e documentação e o desafio do BIM
- Exemplos de boas práticas



Módulo II - Novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

- O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas (RAREFA) e o seu enquadramento nas políticas públicas de habitação e reabilitação
- Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios definidos no RAREFA
- A aplicação do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A aplicação do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A segurança estrutural nos edifícios existentes: a aplicação dos Eurocódigos Estruturais e a avaliação da vulnerabilidade sísmica
- A aplicação dos requisitos de Comportamento Térmico e Eficiência Energética nos edifícios existentes
- A acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios existentes
- Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis à reabilitação. Comparação com o RGEU e análise das áreas mínimas



Módulo III - Avaliação do estado de conservação e metodologias de intervenção no existente

- Níveis de intervenção e questões tecnológicas e construtivas
- Análise, avaliação e diagnóstico em edifícios
- Principais anomalias construtivas
- Principais soluções de resolução
- Reabilitação de estruturas de edifícios
- Sistemas de segurança contra incêndio em reabilitação
- Reabilitação acústica em edifícios
- Reabilitação térmica e eficiência energética



Módulo IV - Políticas, Instrumentos e Incentivos

- Evolução das políticas de reabilitação na Europa e em Portugal
- Reabilitação: desafios e abordagens emergentes
- Instrumentos e incentivos de promoção da reabilitação



Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área metropolitana de lisboa
. l. .

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações

